

DA DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO COMO AGENTE CENTRAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO ANGOLANO NO PERÍODO DO NACIONALISMO (1961-1975)

Miguel da Piedade Satjyambula¹

RESUMO

O presente artigo pretende analisar o cenário das Relações Internacionais (RI) em Angola no período do nacionalismo (1961-1975). Considerando o fato de que nesta época inexistia um Estado angolano, pois até então o país ainda era colônia portuguesa, portanto, novos agentes precisaram surgir como mediadores das relações externas. Este contexto é marcado por diversas tensões entre o governo português e diversos grupos que buscavam a independência de Angola, grupos estes que mais tarde se tornaram partidos políticos. Grande parte dos líderes destes movimentos de contestação sofreram forte perseguição pelo governo português, de sorte que muitos viram a diáspora como solução. É neste contexto que surgem as igrejas e as missões cristãs como agentes de suma importância nas RI, pois elas estavam tremendamente envolvidas com as causas dos grupos que contestavam a dominação portuguesa em território angolano, que concederam bolsas de estudos no exterior para muitos jovens que mais tarde vieram a se tornar nomes centrais na luta pela independência angolana. É esta postura de mediadora que faz da igreja, e não do Estado, uma agente importantíssima nas RI em Angola. Em vista disso fez-se a revisão da biografia que aborda o assunto, e também serviu-se dos conceitos das teorias das RI para compreender a postura das igrejas (católica e protestantes) neste período.

Palavras chave: Nacionalismo angolano. Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

¹ Bacharel em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória/ES; graduando em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).

O presente tema foi escolhido tendo por base as linhas de pesquisa que a instituição oferece como opção. Neste sentido, a presente temática insere-se na linha de pesquisa que aborda Novos Agentes e Relações Internacionais. Tal escolha deveu-se ao fato do tema ter relação direta com a linha de pesquisa supra citada, haja vista que no presente trabalho se propõe compreender como o Estado não foi elemento central nas relações internacionais em Angola na época do nacionalismo (1961-1975). Quando o território está sob liderança de um governo autoritário ele acaba gerando movimentos de resistência que acabam suscitando ações de vários grupos e instituições que se simpatizam com a causa destes grupos, na busca pela libertação de um povo. Parece que foi o que aconteceu em Angola no período aqui delimitado. Neste contexto a pergunta que se pretende responder é a seguinte: pode o Estado continuar a ser o agente central no ambiente das relações internacionais mesmo quando ele é opressor (afinal, o único Estado existente era o de Portugal)?

O proposto trabalho justifica-se pelo fato de ainda, em Angola, existirem pouquíssimos trabalhos, ou quase nenhum, que aborde a questão das igrejas na época do nacionalismo sob a perspectiva das teorias das relações internacionais. Neste sentido, o mesmo visa contribuir para nos estudos do campo religião-política no contexto de Angola, de modo geral, e mais especificamente na abordagem das relações internacionais. Objetiva-se no presente estudo compreender as ações das igrejas na época do nacionalismo em Angola como agentes importantes no âmbito das relações internacionais, de maneira geral. Mais especificamente buscar-se-á delimitar o período do nacionalismo angolano; explicitar os movimentos políticos presentes neste momento; apresentar a discussão sobre a teoria das RI que defende a descentralização do Estado nesta esfera; apresentar as ações das igrejas neste contexto;

Reconhecendo a existência de várias teorias nas Relações Internacionais, para a pesquisa em vista, o referencial teórico que guiará o estudo será a perspectiva do liberalismo clássico. Sabe-se que a perspectiva liberal nas Relações Internacionais esteve sempre em conflito com o realismo, pois este afirmava que organizações internacionais seriam incapazes de apaziguar litígios entre os Estados; ao passo que aquela reconhecia, de forma otimista, a possibilidade de solução dos conflitos entre Estados via Organizações Internacionais, segundo Pereira (2016, p. 18). Neste sentido, a perspectiva

liberal (clássica) reconhece que o Estado não é, portanto, o agente hegemônico nas relações internacionais, havendo assim outros agentes que atuam, ou podem atuar, de forma ativa neste cenário. Por isso, para a análise que se pretende levar a cabo na pesquisa, o referencial teórico que mais se adequa a tal empreitada é o defendido pela escola liberal. A metodologia a ser usada na pesquisa será a revisão bibliográfica. Far-se-á o levantamento das obras principais que abordam o assunto direta ou indiretamente o assunto.

Portanto, no primeiro tópico será delimitado o contexto do nacionalismo em Angola, e para tal, será feita a apresentação da onda de nacionalismo efervescentes em toda a África naquele momento; no segundo buscar-se-á mostrar os grupos políticos presentes neste momento; no terceiro tópico definir-se-á a compreensão sobre os atores das RI tendo por base a compreensão da perspectiva liberal, e neste interim, um contraponto com a perspectiva realista será importante; e no último tópico, então, tendo por lente de leitura a compreensão liberal, analisar-se-á a postura das igrejas neste período.

1 O NACIONALISMO À MODA ANGOLANA: INFLUÊNCIAS EXÔGENAS E O SEU DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

A ocorrência do nacionalismo em Angola não foi um caso isolado na história mundial, muito menos na história dos países africanos. O surgimento das ondas nacionalistas em Angola são frutos do contexto histórico pós segunda guerra mundial, momento este marcado, pelo menos na esfera internacional, pela descentralização dos países ocidentais e pelo surgimento e afirmações de países asiáticos e africanos. Foi neste momento que muitos países asiáticos e africanos conseguem sua independência das grandes potências europeias, processo este que é também denominado de nacionalismo, isto é, a afirmação das identidades nacionais. Mas para se compreender melhor o que é o nacionalismo, vale a pena atentar para a explicação de Andrade:

O nacionalismo, enquanto ideologia, comporta três significados: **a)** foi empregado para estigmatizar certas formas exacerbadas de patriotismo, tornando-se sinônimo de chauvinismo; **b)** designou as reivindicações de um povo dominado que aspirava a independência (exemplo dos nacionalismos polacos e irlandês); **c)** serviu, finalmente, de etiqueta e profissão de fé a certas escolas e grupos, como a extrema

direita francesa (nacionalismos de Barra e de Maurras). (ANDRADE, 1998, p. 14).

No referente ao que ocorreu nos países africanos e asiáticos, certamente a segunda definição é que melhor descreve o momento destes países. Compreendida a forma que usar-se-á a compreensão do que seja o nacionalismo, faz-se necessário uma análise de quais foram as ideias e os movimentos em África que influenciaram diretamente na formação da consciência nacionalista em Angola.

O nacionalismo em Angola teve influência de, basicamente, dois movimentos que lutavam pela afirmação dos valores da cultura negro-africana, cultura esta que há muito vinha sendo vilipendiada, inferiorizada, desprestigiada, estas agremiações, portanto, intentavam, portanto, resgatar todos os elementos que configuravam a identidade dos negros no mundo. Estas duas correntes são o Pan-africanismo e a Negritude (CAPOCO, 2013, p. 48). A compreensão das ideias que permeiam estes dois pilares é o que será feito a seguir.

Um dos grandes propugnadores da necessidade do resgate da personalidade africana, isto é, a necessidade do africano falar de si a partir si mesmo e não de um outro, foi o que defendeu Nkrumah:

Durante muito tempo em nossa história, a África falou através das vozes de outros. Agora, o que eu chamei de "personalidade Africana" em assuntos internacionais terão uma chance de fazer o seu impacto e deixará o mundo conhecê-lo através das vozes dos próprios filhos de África... Quando olhamos para a história do nosso continente, não podemos fugir do fato de termos sido vítimas da dominação estrangeira. Por muito tempo não temos tido nenhuma palavra na gestão de nossos próprios assuntos ou em decidir nossos próprios destinos (NKRUMAH, 1961, pp. 125-126).²

Neste sentido, à luz do texto supra citado, pode-se inferir que a história dos africanos sempre fora contada por não-africanos, havendo, portanto, agora, a necessidade dos próprios filhos da terra falarem de sua história a partir do

² Texto original: *"For too long in our history, Africa has spoken through the voices of others. Now, what I have called an African Personality in international affairs will have a chance of making its proper impact and will let the world know it through the voices of Africa's own sons (...). As we look back into the history of our continent, we cannot scape the fact that we have been the victims of foreign domination. For too long we have had no say in the management of our own affairs or in deciding our own destinies".*

modo sofrido como a história a eles se manifestou. Esta necessidade do africano afirmar-se enquanto sujeito e, assim, ser protagonista de sua própria história, foi objeto de discussão não restrito à esfera política. No campo da teologia, por exemplo, houve também esta reflexão, isto é, a necessidade do africano compreender os modos-de-ser da divindade tendo por base as suas experiências cotidianas. Neste sentido, alguns pensadores defenderam a necessidade de não mais uma teologia para o africano, mas uma teologia do africano, buscando justamente olhar o africano não mais como “ponto de chegada”, mas sim como “ponto de partida” (MESQUIATE, 2015, p. 73).

Estas ideias, entretanto, estão presentes tanto no Pan-africanismo assim como na Negritude. Todavia, a busca pela afirmação da personalidade do africano se deu de maneira diferente nestes dois movimentos, busca esta que demarca a diferença entre um e outro. O pan-africanismo tinha seu enfoque principal na vindicação de direitos políticos para todos os africanos, que para tal revestia-se de grande carga ideológica nacional. Já a negritude, grosso modo, assentou sua luta nos aspetos culturais, isto é, defender a cultura africana por meio da arte, literatura, poesia e pela inteligência do próprio africano (CAPOCO, 2013, p. 48). Foram estes os movimentos e as ideias que estiveram na base da formação da consciência nacionalista em Angola.

O nacionalismo em Angola assume uma postura, como a assumida em vários países, de viés anticolonialista, isto é, grupos vários neste contexto manifestam sua insatisfação contra o governo português instaurado na época. Foi a partir da segunda metade do século XX, mais concretamente na década de 50, que começam a surgir ideias e movimentos em zonas rurais e urbanas que defendiam a expulsão do colono (CAPOCO, 2011, p. 11). É mais ou menos neste sentido que Pedro Capitão citado por Capoco (2011) se debruça sobre o nacionalismo em Angola:

O nacionalismo angolano nasceu de dois movimentos: a resistência popular ao invasor que expropriava as terras, obrigava ao pagamento do imposto de soberania e impunha à população trabalhos forçados que levava a novas revoltas; outro, a ação política levada a cabo por intelectuais que denunciavam o roubo e a pilhagem coloniais.

Isto é tão verdade que muitos angolanos, por conta disso, tiveram de abandonar o país, emigrando assim para o antigo Congo Belga. Em Angola eles eram forçados a trabalhar tendo salários baixíssimos, eram obrigados a exercer atividade agrícola e a vender a baixo preço, além do fato de que era quase

impossível escapar do vínculo contratual que, claro, favorecia sempre os portugueses, estes e outros fatores muito dificultaram a permanência de muitos angolanos no país, levando, portanto, a uma emigração necessária. Conforme Rocha (2003) descreve:

Para escapar ao e fugir à miséria, observam-se desde os anos quarenta fortes correntes migratórias (...) para as minas do Sudoeste Africano (Namíbia), para a Rodésia do Norte (Zâmbia), mas sobretudo para o Congo Belga (Catanga e Leopoldville), onde as oportunidades de trabalho eram melhor remuneradas e em melhores condições, podendo mesmo prosperar como comerciantes, ter acesso às escolas (...). Esses angolanos, embora já social e culturalmente diferentes, continuavam a manter contatos com as suas terras de origem que visitavam ou voltavam a instalar-se já com um nível social diferente, elementos potencialmente subversivos e perturbadores, olhados com suspeita pelas autoridades coloniais e que viriam a ter um papel determinante na eclosão do movimento nacionalista, nos anos 59-61. (ROCHA, 2003, p. 57).

Devido à falta de tempo, espaço e a necessidade de sintetizar ao máximo as questões, não será possível, no presente texto, alongar-se na questão do nacionalismo em Angola. Mas, resumidamente, o nacionalismo angolano afirma-se então como uma postura contra os abusos impostos pelos portugueses conforme relatado acima; e também, pelo surgimento de uma elite de intelectuais na diáspora, intelectuais estes que no contexto europeu tiveram contato com as ideias Pan-africanistas e da Negritude que serviram de base para a moldura da concepção política dos grupos que se movimentaram em prol do nacionalismo. É diante deste cenário que surge a questão que dirige a presente pesquisa: era o Estado o agente central das relações internacionais em Angola ou haviam outras organizações que se afirmaram como entes importantes no cenário das relações externas? E como lente hermenêutica buscar-se-á compreender a teoria liberal das RI para ler a realidade angolana no período em estudo.

2 A TEORIA LIBERAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A compreensão liberal sobre o funcionamento do cenário internacional, no decorrer da história, tem sofrido fortes críticas da corrente realista. Ambas são representadas as perspectivas mais importantes e antigas do estudo das teorias das RI. Antes de compreender o que exatamente a teoria liberal postula sobre

as ações na esfera internacional, é necessário compreender, sucintamente, o que a teoria realista defende.

É o realismo político que inspira a teoria realista das relações internacionais, ela tem no primado da realidade o seu fundamento. Isto é, deve-se compreender a realidade na sua essência e a verdade das coisas. Neste sentido, e aplicando à compreensão política, o realismo busca a política tal como ela é, e não como desejássemos que ela fosse, esta última percepção representa a compreensão idealista, que é justamente a criticada pelo realismo (PEREIRA, 2016, p. 28). Este entendimento não é estranho, vê-se nitidamente a influência das ideias de Maquiável presentes nesta concepção. Mas não é só ele que influenciou o pensamento realista, Thomas Hobbes também está na base da compreensão realista, principalmente na ideia do Estado como o agente central no cenário internacional.

Não sendo possível delinear as contribuições específicas que estes autores deram ao realismo, listar-se-á abaixo os pontos principais do pensamento realista, conforme Pereira (2016, p. 63):

o sistema internacional é formado por Estados, que são os atores centrais das relações internacionais; a política internacional é essencialmente conflituosa, caracterizada por uma luta pelo poder num ambiente anárquico e no qual os Estados nacionais dependem das próprias capacidades nacionais (militares e económicas) para garantir a sobrevivência; os Estados relacionam-se com base na existência de uma soberania legal, que é reconhecida e respeitada pelos demais; os Estados são atores unitários, e a política interna de cada um deles é separada da política externa; os Estados são atores racionais caracterizados por um processo de tomada de decisão que produz escolhas baseadas no interesse nacional; o poder é o conceito mais importante na explicação e na previsão da conduta dos Estados.

Portanto, esta síntese denota precisamente os pontos que caracterizam o pensamento realista no que tange a política de modo geral, e às relações internacionais. Vale destacar, para o presente texto, a questão do poder e a afirmação da centralidade dos Estados na esfera internacional, pois é justamente neste quesito que será necessário o contraponto com viés liberal das relações internacionais, que é o far-se-á nos próximos parágrafos.

O liberalismo nas relações internacionais é visto por Seidenfus (2013) como o lado otimista e moralista, ao passo que os realistas são tidos como

pessimistas, os primeiros acreditam que as ações que movem os agentes nas relações internacionais é a busca por certa ordem ou paz mundial, já os segundos acreditam que é o aumento do poder por parte dos Estados que move suas ações na esfera internacional. Os liberais têm influências em Kant e em Rousseau.

Os liberais acreditam que os Estados são os agentes mais importantes nas relações internacionais, todavia, não são hegemônicos, pois há a necessidade, segundo Pereira (2016), de:

Reconhecer a existência de outros atores internacionais relevantes, como empresas multinacionais e ONG's, que perseguem seus interesses específicos ao lado dos Estados; o reconhecimento da existência de outros canais de contato entre os países, além das tradicionais relações interestatais.

É notória, entretanto, que a perspectiva visa a necessidade de se transcender o tradicionalismo que rege a compreensão das relações internacionais, e neste sentido reconhece atores secundários que possuem interesses próprios, embora estejam em conexão com os Estados, com elementos de suma importância neste quadro de ação. É a partir desta percepção que se pode enxergar as instituições religiosas como agentes importantes nas relações internacionais, principalmente tendo por base os grupos que têm ações características internacionais. Seitenfus (2013, p. 120), mostra a importância das igrejas brasileiras no exterior afirmando o seguinte, “igrejas brasileiras com atuação internacional demonstram que, em seu conjunto, elas são mais numerosas que as representações diplomáticas do Estado”. É, assim, inegável a importância das instituições religiosas no cenário internacional como atores importantes, ainda que não centrais. É neste intuito que se analisará, no próximo item, a ação das igrejas em Angola no período do nacionalismo.

3 A AÇÃO DAS IGREJAS NO CONTEXTO DO NACIONALISMO ANGOLANO

Neste ponto vai se abordar mais detidamente a relação das igrejas protestantes, não será possível abordar a ação da igreja católica, considerando a necessidade de brevidade que o presente trabalho demanda. É neste sentido

que se irá mostra, rapidamente, como as igrejas Batista, Congregacional e Metodista se envolveram com os grupos que levaram a cabo a luta pela libertação nacional.

Comecemos então pela igreja batista. Segundo Neves (2013, p. 72):

As igrejas protestantes tiveram, desde a primeira hora, mais distância em relação ao governo e, por isso mesmo, mais liberdade de consciência para intervirem nesta luta anticolonial. E algumas delas fizeram-no à custa de perseguições, prisões e expulsões do território.

Este distanciamento do governo português não se dava somente por parte da igreja batista, foi algo recorrente em todos os movimentos protestantes. O fato da igreja católica ser a religião do Estado, as igrejas não católicas eram toleradas, e muito tiveram de lutar para aos poucos conseguirem espaço no cenário nacional, coisa que os fez, desde muito cedo, assumirem uma postura de protesto contra o *modus operandi* do governo de Portugal.

As igrejas e missões protestantes desde sua imersão no contexto angolano sempre exerceram aquilo que é próprio de sua tradição, que é a liberdade de consciência, pois elas sempre, ainda que nem sempre diretamente, teceram críticas contra o governo português e sempre buscaram criar consciência crítica aos seus fiéis. Outra ênfase forte do protestantismo em Angola foi o forte investimento educacional, neste período existiam muitas missões protestantes que tinham na educação o seu ponto mais forte para a ação missionária. O caso emblemático foi a ação de uma missão protestante no município do Dondi, localizado na província do Huambo, que segundo Neves (1975, p. 131):

Merece especialíssimo relevo a Missão do Dondi, cujas múltiplas actividades (sic) assistenciais, escolares e religiosas constituem, há muitos anos, impressionante testemunho da caridade de Cristo a favor dos mais necessitados, material e espiritualmente.

Mas as ações educacionais das igrejas não se restringiram ao contexto angolano, isto é, elas tiveram enfoques além-fronteiras, pois muitas bolsas de estudos foram concedidas a estudantes angolanos para se formarem no exterior. Muitos jovens se beneficiaram das bolsas concedidas pelas igrejas, de sorte que os principais líderes dos movimentos que encabeçaram a luta de libertação do poder colonial foram enviados pelas missões religiosas, tais como: Holden Roberto apoiado pelas missões batistas veio a se tornar o líder da FNLA; Jonas Savimbi apoiado pela igreja congregacional (IECA), tornou-se o líder principal da

UNITA; e Agostinho Neto foi apoiado pela igreja metodista veio, posteriormente, a ser o líder do MPLA e o primeiro presidente de Angola (Neves, 2013, p. 72).

À luz destes exemplos é possível perceber como as igrejas neste contexto serviram de base para o surgimento de um grupo de intelectuais que mais tarde vieram a se tornar os líderes mais importantes da história do país. Vê-se também que foram as missões cristãs que na época, pelo menos para os grupos políticos emergentes, que se mostraram como atores de suma importância nas relações internacionais. É neste sentido que a perspectiva liberal das relações internacionais, pelo menos no contexto de Angola deste período, é totalmente aplicável, pois as igrejas, apesar de terem interesses que contrariavam as do Estado português, ainda assim exerceram com maestria suas ações na esfera internacional, ações estas que resultaram na proclamação da independência do país em 1975.

CONCLUSÃO

Portando, a perspectiva liberal não desmerece a importância dos Estados nas relações internacionais, nem retira a sua primazia como agente primário, pelo contrário, o que ela faz é, além de afirmar a importância dos Estados, atestar que junto com eles existem vários outros atores no cenário internacional. A partir da segunda metade do século passado isto se tornou um dado, de modo que não é possível negar a importâncias das ONG's e de outros organismos e organizações internacionais que foram surgindo a partir deste período. No presente trabalho, de forma breve, buscou-se compreender como as igrejas se mostraram atores importantes nas relações internacionais no contexto angolano no período do nacionalismo. Tais ações atestam, de certa forma, a compreensão liberal das relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário Pinto. **As Origens do nacionalismo africano**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- CAPOCO, Zeferino. **Do nacionalismo à construção do Estado: Angola 1961-1991**, uma síntese analítica. Portugal: Universidade de Aveiro, 2011. Disponível em: <http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/Prog2.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CAPOCO, Zeferino. **O nacionalismo e o Estado**: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991). Tese de doutorado: Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

MESQUIATI DE OLIVEIRA, David. **POR UMA TEOLOGIA AFRICANA A PARTIR DO “SUJEITO AFRICANO**. Azusa: Revista de Estudos Pentecostais, [S.l.], v. 6, n. 2, set. 2015. ISSN 2446-8592. Disponível em: <<http://azusa.faculdaderefidim.edu.br/index.php/azusa/article/view/103>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

NEVES, Tony. **As igrejas e o nacionalismo em Angola**. In: *Revista Lusófona de Ciência das Religiões - Ano VI, 2007 / n. 13/14 – 511-526*.

NEVES, António Manuel Santos de Sousa. **Angola**: justiça e paz nas intervenções da igreja católica (1989-2002). Luanda: Texto Editores, 2013.

NEVES, Fernando Santos. **Para um Ecumenismo Omnitotidimensional em Angola**. Luanda: Ed. Colóquios, 1975.

NKRUMAH, Kwame. *I Speak of Freedom, a Statement of an African Ideology*, London, 1961.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **Teoria das relações internacionais**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

ROCHA, Edmundo. **Angola**: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964). Lisboa: Testemunho e estudo documental, 1ª edição, 2003.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações internacionais**. São Paulo: Manole, 2013.